

Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO:

Parecer nº 087, de 02 de Setembro de 2019.

Projeto de Resolução nº 004, de 26 de Agosto de 2019.

De autoria da Mesa, o projeto de Resolução em epígrafe objetiva regulamentar as Sessões Especiais de Reunião Popular da Câmara Municipal de Ubá, e dá outras providências.

A presente proposição entrará em pauta, observando os termos regimentais, em Seção Ordinária, não recebendo emendas ou substitutivos.

Na sequência do processo legislativo, vem a proposição à análise desta Comissão, a fim de ser apreciada quanto aos seus aspectos constitucional, legal e jurídico, conforme está previsto no artigo 48, Caput do Regimento Interno.

O artigo 102, I e II do Regimento Interno trata das Sessões Especiais, definindo-as como solenidades e outras atividades decorrentes de resoluções e requerimento, bem como as reuniões populares que devem ser agendadas na primeira quarta-feira de cada mês, mediante solicitação de qualquer cidadão, com antecedência de 72 (setenta e duas) horas.

De fato, a regulamentação das Sessões Especiais no Regimento Interno vigente é muito sucinta. Assim sendo, se faz necessária a regulamentação das reuniões populares.

O projeto de resolução ao regulamentar a reunião popular, estabeleceu que a referida reunião deverá ser dirigida pelo Presidente da Câmara, e na sua ausência, pelo Vice-Presidente ou 2º Vice-Presidente, além de poder ser conduzida também a critério do Presidente da Câmara, pelo Vereador Presidente da Comissão Permanente em que o assunto estiver relacionado.

Que as Sessões Especiais de “Reunião Popular” serão realizadas na primeira quarta-feira de cada mês, com participação dos Vereadores, e tem como finalidade a apresentação de demandas e sugestões da comunidade referente a determinado assunto, por meio do uso da palavra em plenário. E a reunião poderá ser adiada para a segunda quarta-feira do mês, caso a primeira coincida com feriado.

Na reunião popular, poderão usar da palavra as lideranças comunitárias que representam instituições, entidades, organizações, movimentos populares organizados ou qualquer cidadão. E a inscrição para fazer o uso da palavra deverá ser protocolada na Assessoria Administrativa da Câmara de Ubá, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas do dia da reunião,



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

mediante ofício assinado por dirigente da organização representada, ou qualquer cidadão, devendo conter a indicação do nome das pessoas, no máximo 5 (cinco), que irão usar da palavra e o assunto a ser abordado. Contendo a Mesa Diretora da Câmara de Ubá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para deferir a solicitação da “Reunião Popular”.

No projeto de resolução foi definido ainda que, será aceito somente 1 (um) protocolo por “Reunião Popular”. E as Sessões dividir-se-ão em período de explanação do assunto pelos inscritos, com duração de até 50 (cinquenta) minutos, sendo permitida a participação de até 5 (cinco) inscritos, e período de debates dos assuntos tratados na Reunião, com duração de no máximo 60 (sessenta) minutos, para pronunciamentos e esclarecimentos dos Vereadores.

O princípio da separação dos poderes (art. 2º, CR/88) concede ao Poder Legislativo as tarefas de legislar e controlar; bem como garante a independência no exercício das suas atribuições, sendo vedada a atuação fora de sua competência.

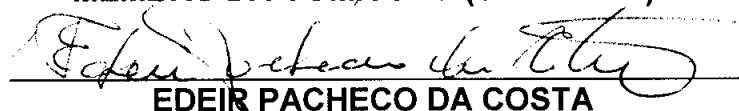
Dentre as garantias de independência e autonomia do Poder Legislativo, destacam-se os artigos 51, IV, e 52, XIII, da Constituição da República Federativa do Brasil, que conferem respectivamente à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal (e às demais Casas Legislativas em decorrência do princípio da simetria) a mesma prerrogativa de dispor sobre sua organização, funcionamento, dentre outras, de acordo com a lei de diretrizes orçamentárias.

Desta forma, a legislação local através da dicção do artigo 49 da Lei Orgânica Municipal, atribuiu competência a Câmara Municipal para regulamentar sobre a sua organização interna.

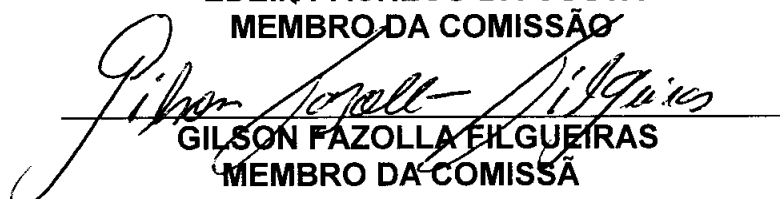
Assim, tendo em vista que, a matéria é de natureza legislativa, de competência da Câmara Municipal de Ubá através de Resolução, nos termos do artigo 120 do Regimento Interno em vigor, manifestamos favorável à aprovação da proposição.

Ubá, 02 de Setembro de 2019.

DARCI PIRES DA SILVA
MEMBRO DA COMISSÃO (SUPLENTE)


EDEIR PACHECO DA COSTA

MEMBRO DA COMISSÃO


GILSON FAZOLLA FILGUEIRAS
MEMBRO DA COMISSÃO

Rua Santa Cruz, N°. 301, Centro. CEP: 36.500-059

Telefax: (32) 3539-5000.